

DÍVIDA EXTERNA: engolidos por um monstro que não pára de crescer



O povo cada vez mais pobre é a vítima principal da dívida impagável

Dilene Ferreira

Desde 1996 o Brasil participa da luta internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres, integrando a campanha "Jubileu 2000", que no final do ano passado foi desdobrada e passou a chamar-se "Jubileu Sul". Com uma trajetória marcada pela intensa participação de movimentos populares, igrejas, sindicatos e organizações não-governamentais, a campanha ganhou atenção mundial em 1999, com a realização do encontro do G-7 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo) na cidade de Colônia, na Alemanha. É que a agenda desse encontro ficou fortemente marcada pela questão da dívida, depois que 21 milhões de assinaturas foram entregues aos chefes de Estado dos países ricos, pedindo o imediato cancelamento dos débitos do Terceiro para com o Primeiro Mundo. Na época, os líderes do G-7 fizeram

um grande estardalhaço e se comprometeram a cancelar as dívidas, mas essa promessa nunca foi cumprida.

Em 2000, o assunto voltou à tona, embora de forma mais tímida no encontro do G-7, em Oknawa, no Japão. Mas novamente nada de concreto foi feito em benefício das nações pobres. E este ano, em Gênova, na Itália, a questão da dívida só apareceu por causa das manifestações dos movimentos sociais, porque por parte dos governos centrais o assunto surgiu como questão já resolvida.

Entre uma e outra dessas reuniões dos países ricos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tomaram a iniciativa de elaborar uma lista na qual 41 países apareciam como "pobres e altamente endividados". Com o andamento das discussões, o número de países acabou baixando para 32. Depois disso, os critérios para considerar um país como altamente endividado tornaram-se tão rigorosos, que o número de participantes da lista foi ainda mais reduzido, restando apenas dez. Dentre essa dezena de nações consideradas extremamente pobres e, portanto, dignas de terem as suas dívidas canceladas, oito são africanas e duas latino-americanas: Bolívia e Honduras.

Para obter o benefício de deixar de pagar o que tantas vezes já foi pago através dos juros e amortizações, os países que ainda constam dessa lista tiveram que se submeter a exigências absurdas por parte dos ricos. As pressões tornaram-se tão fortes que, dos dez, apenas Honduras e Uganda deram início ao programa de cancelamento de seus débitos internacionais. "A situação é muito desfavorável aos países pobres, pois para a dívida ser cancelada, eles têm que se condicionarem a políticas de ajustes, como privatizações, abertura de mercado e flexibilização do mercado financeiro, ou seja, precisam contrair novas dívidas", denuncia a economista Sandra Quintela, do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e membro da coordenação nacional da campanha Jubileu Sul. Segundo ela, por não suportar as pressões econômicas, duas nações africanas, Laos e Gana, acabaram pedindo para sair da lista.

De acordo com dados do PACS, o cancelamento das dívidas desses dez países não daria nem 0,2% do total da dívida externa dos países pobres. "Foi um discurso completamente demagógico e sem nenhum efeito real no sentido do alívio do peso da dívida das políticas macro-econômicas", critica Sandra Quintela.

Jubileu Sul - Uma nova etapa da mesma luta

O fracasso, no entanto, não jogou a campanha por terra. Depois de uma reunião realizada em Dakar, no Senegal, no ano passado, mais de 50 paí-

ses da África, da Ásia e da América Latina se reuniram e resolveram dar continuidade ao Jubileu 2000, desdobrando-o na campanha Jubileu Sul, que continua lutando pelo cancelamento das dívidas não só dos países que estão na lista dos mais pobres do mundo e altamente endividados, mas dos países empobrecidos de uma maneira geral. Essa nova etapa da campanha, de acordo com Sandra Quintela, ressalta o protagonismo dos países do Sul na discussão sobre a anulação da dívida. "Estamos trabalhando em cima da questão da ilegitimidade e da ilegalidade das dívidas externas dos países pobres", ressalta.

A economista lembra que durante o próximo Fórum Social Mundial, em 2002, em Porto Alegre (RS), será realizado um "Tribunal Popular Internacional da Dívida" e lançada uma campanha internacional pela ilegitimidade da dívida externa.

De onde veio esta dívida tão grande?

Com o objetivo de tirar a limpo a história da dívida, demonstrando com transparência e toda a documentação necessária aquilo que realmente o Brasil deve, uma das mais importantes iniciativas da campanha Jubileu Sul é a realização de uma investigação sem precedentes na história do país sobre a origem e a trajetória da dívida externa brasileira. Essa pesquisa, que ganhou o nome de "Auditoria Cidadã", tem como uma das entidades participantes o Sindicato dos Auditores da Receita Federal em Belo Horizonte (Unafisco).

Pessoalmente engajada na auditoria, a presidente da entidade de classe, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, recorda que quando foi realizado o Plebiscito da Dívida Externa, em setembro de 2000, uma das perguntas era se as pessoas concordavam em continuar pagando a dívida externa sem realizar a auditoria prevista na Constituição Federal de 1988. Dos mais de seis milhões de brasileiros que compareceram às urnas para participar do plebiscito, 97% responderam "não" a essa pergunta. Foi com respaldo no voto dessas pessoas que a coordenação nacional da campanha Jubileu aprovou, no final de

março deste ano, a realização da Auditoria Cidadã da Dívida.

Lúcia Fattorelli explica que o primeiro trabalho da equipe de auditoria foi o de tentar resgatar os relatórios das comissões parlamentares que funcionaram em Brasília em 1987 e 1989 para tratar da questão da dívida. Também foram feitas solicitações para que os senadores tentassem conseguir informações sobre os resultados dessas comissões. No momento, esses documentos começam a chegar às mãos dos auditores. "Precisamos resgatar o máximo de informações, porque analisando simplesmente os números dos boletins do Banco Central ninguém é capaz de compreender como essa dívida cresceu tanto, apesar dos volumosos pagamentos de juros e amortizações", afirma a presidente do Unafisco.

Gasta-se mais com a dívida do que com o povo

Segundo Maria Lúcia, a rolagem da dívida externa brasileira consome a maioria dos recursos orçamentários, agravando a dívida social brasileira e impedindo o país de crescer. "O vexame das

ameaças dos apagões é um exemplo disso, uma prova de que faltaram investimentos no setor elétrico. Estamos vivendo a era do sucateamento de todos os serviços públicos, das universidades aos serviços de saúde", adverte.

Enquanto o orçamento da União reservou este ano R\$ 141 bilhões para o pagamento dos juros da dívida pública - que inclui as dívidas externa e interna - o orçamento para o Ministério da Saúde foi de R\$ 28,8 bilhões. Os números mostram que o que se gasta com a saúde do povo brasileiro durante o ano inteiro corresponde ao que se paga em apenas 75 dias da dívida. Para a educação, foram reservados 18 bilhões, o que corresponde a 47 dias da dívida. O Fundo de Erradicação da Miséria, que estava sendo discutido no Congresso e que foi aprovado recentemente, em torno de R\$ 3 bilhões, ressalta ainda esse disparate, pois esse valor corresponde ao que o governo gasta em menos de oito dias de juros da dívida. Para o Ministério da Ciência e Tecnologia, que seria a alavanca para o desenvolvimento do país, uma vez que pode gerar emprego para a população, o orçamento da União reservou apenas

2,4 bilhões em 2001, correspondente ao que se gasta em seis dias de pagamento de amortizações das dívidas externa e interna.



Maria Lúcia Fattorelli: a rolagem da dívida externa impede o país de crescer

Uma bola de neve que atropela os países

Envolta em uma matemática que ninguém consegue entender, a dívida brasileira para com os países do Primeiro Mundo é um poderoso predador que corrói a economia do país. Os débitos não param de crescer. Em 1964, a dívida era de US\$ 3 milhões, uma ninharia se comparada aos números de hoje. Nove anos depois, ela havia pulado para a bagatela de US\$ 13,76 milhões. Em 1978, chegou a US\$ 52 bilhões. Pulou para US\$ 71,5 bilhões em 1980 e para US\$ 115 bilhões em 1989. Em 1994, no início do governo FHC, chegou a US\$ 146 bilhões. Hoje, está batendo em US\$ 240 bilhões.

Um dado curioso é que somente de 1989 a 1997, o governo desembolsou US\$ 216 bilhões a título de juros e amortizações. Isto quer dizer que, de uma dívida que era de US\$ 115 bilhões em 1989, o Brasil pagou US\$ 216 bilhões e continuou devendo US\$ 212 bilhões. Somente no ano de 1988, o país

desembolsou pelo serviço da dívida o equivalente ao orçamento anual do Ministério da Saúde: US\$ 17,8 bilhões.

Diretamente relacionada com a dívida externa, a dívida interna brasileira, que era de US\$ 63 milhões em 1993, bate hoje a casa dos US\$ 230 bilhões. Para rolar esse papagaio, o governo gasta, por ano, mais de US\$ 60 bilhões.

Por culpa dessas duas dívidas, o Brasil contraiu um terceiro débito - e certamente o mais grave de todos, que é a dívida social. De acordo com o último relatório do IBGE (setembro/2001), 50 milhões de brasileiros vivem com menos de R\$ 80,00 por mês. Essas pessoas são classificadas como "miseráveis ou indigentes", por estarem abaixo da linha de pobreza, sem direito a moradia, saúde, alimentação, educação e trabalho, o que é um absurdo quando se leva em conta que o Brasil é a décima economia do mundo.

PERDÃO DAS dívidas externas



No ano passado, o país agitou-se com a proposta da CNBB de um plebiscito da dívida externa. Sem quase infra-estrutura, conseguiu-se mobilizar mais de 6 milhões de pessoas, que numa proporção de mais de 95% votaram a favor da criação de uma auditoria a fim de investigar a natureza, o montante, a origem, a contabilidade dessa misteriosa dívida externa. A imensa maioria estava de acordo com que não se continuasse pagando-a sem mais. Cabe buscar uma transparência inexistente.

Muito barulho. Os efeitos internos ainda não responderam à voz do povo. Isso mostra a qualidade e a natureza de nossos políticos. Pouca sintonia com o povo. Permanecem fazendo ouvido mouco a tantos votos que vieram respaldados por forte consciência. Qualitativamente esses 6 milhões valem muito mais que os votos que elegeram a maioria de nossos políticos. Quem lá foi votar o fez rompendo grande inércia e situações adversas. Outros milhões teriam votado se a infra-estrutura eleitoral tivesse maior alcance.

Esse grito ecoa também em todo o mundo. Na reunião em Gênova do G7, os grandes do capital resolveram conceder a alguns países miseráveis da África o perdão da dívida. Gesto mais demagógico do que real. Não significou em termos de dinheiro quase nada ou mesmo nada. Serviu simplesmente de demonstração de que já há uma opinião pública nessa direção que o G7 não pode desconhecer.

É o início de uma batalha. Tema que necessitará sempre voltar à baila toda vez que o G7 se reunir. E com mais insistência e estardalhaço. Só assim que algum ruído chegará ao castelo de marfim em que esses grandes se trancafiaram na condução de suas políticas e se encerram fisicamente nos dias do encontro. O mesmo vale dos poderosos do dinheiro que freqüentam o Encontro de Davos, na Suíça.

É absolutamente transparente que os bancos e as nações ricas não necessitam física e realmente dos montantes de dinheiro dos países devedores do Terceiro Mundo. Sobra-lhes riqueza por todos os lados. Vomitam desperdícios. Está em jogo uma lógica farisaica da lei do capitalismo. A lei que mata na linguagem de São Paulo.

O prejuízo econômico, que os ataques terroristas às Torres gêmeas causaram ao capitalismo americano, será certamente superior a dívidas externas de muitos países. Nada disso abalará o sistema econômico americano no sentido físico. Se abalos houve, atingiram o lado moral, simbólico do império americano. Outros mais graves e imprevisíveis advirão, se os EE. UU. não souberem lidar com tal situação. Tudo a longo prazo e de outra natureza.

A dívida externa dos países pobres pesa-lhes mortalmente, embora sejam algumas delas apenas ridículas para os capitais gigantes do Primeiro Mundo. A Bíblia conhece a tristemente real e altamente simbólica história da vinha de Nabot. A perversidade da feroz Jezabel, mulher de Acab, rei da Samaria, promoveu o assassinio de Nabot, proprietário da vinha que o rei ambicionava, para que ele pudesse apossar-se dela. Leia esta passagem (1 Rs 21, 1-16) e verá quantos Nabots do Terceiro Mundo perdem suas pobres vinhas diante dos poderosos. Acabs dos bancos internacionais, açulados pelas perversas Jezabels das instituições financeiras de controle. Terrível parábola. Só falta que apareça um novo Elias.

Padre João Batista Libânio - professor do CES da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte, e autor de várias obras

O OLHAR DO TEÓLOGO